

# Governo não vai retirar emenda da Constituinte

ESTADO DE SÃO PAULO

27 SET 1985

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O governo não vai retirar do Congresso a emenda Sarney, que convoca a Constituinte, apesar de o relator da proposta na comissão mista, deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), ter advertido sobre o crescimento da mobilização para rejeitá-la — assegurou, ontem, o secretário de Imprensa da Presidência da República, Fernando Cesar Mesquita.

As preocupações do governo na convocação da Constituinte — segundo fontes qualificadas — concentram-se na subemenda do deputado Jorge Uequet (PMDB-RS), que determina a reintegração de todos os militares punidos, ainda que administrativamente, por força de legislação revolucionária. Já na próxima reunião do Conselho Político, na terça-feira, o presidente Sarney espera ter uma avaliação segura quanto à tendência das bancadas em relação à proposta de Uequet, que permita a adoção da estratégia menos desgastante para os líderes governistas trabalharem por sua rejeição.

De acordo com a fonte, o Palácio do Planalto concorda totalmente com as restrições feitas à subemenda Uequet pelos Ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica. Representantes das três Armas que conversaram com Bierrenbach alegam que a reintegração traria uma série de problemas de difícil solução para as Forças Armadas.

## PRAZO MAIOR

O relator da emenda do governo atribuindo poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em 86, deputado Flávio Bierrenbach, decidiu pedir prorrogação de prazo para apresentação do seu parecer sobre a matéria. Inicialmente, ele pretendia divulgar o documento no dia 2 de outubro. Contudo, como ainda estão sendo avaliadas as posições das bancadas partidárias sobre alguns temas mais polêmicos, adiou-a para o dia 7.

Ontem, a comissão mista encarregada de apreciar a emenda ouviu o último depoimento sobre o assunto, do consultor-geral da República,

Paulo Brossard. Agora, feita apenas o deputado Flávio Bierrenbach se reunir amanhã com os juristas de São Paulo e, no domingo, com o governador Franco Montoro, para começar a redigir o parecer.

Se houver acordo sobre algumas subemendas apresentadas à proposta oficial, como a que sugere a ampliação, para um ano, do prazo de desincompatibilização de ocupantes de cargos públicos que pretendem concorrer à Constituinte, a criação de delegados constituintes e outras modificações no projeto do governo, Bierrenbach apresentará um substitutivo e não um simples parecer.

Anteontem à noite, ele esteve reunido com a direção da CNBB e um grupo de deputados peemedebistas para examinar o assunto, constatando nos setores mais progressistas da Igreja a preocupação com a convocação de uma Constituinte que não seja exclusiva, isto é, apenas para preparar a nova Carta.

Até agora, Bierrenbach fixou de 3 pontos que pretende incluir no seu substitutivo, desde, é claro, que haja entendimento a respeito deles, o que não parece provável.

Se dependesse do relator da emenda, além da ampliação desses prazos, a comissão mista aprovaria as seguintes medidas: antecipação da eleição para a Constituinte para o dia 7 de setembro, de modo a separá-la do pleito dos governadores; delegados constituintes, eleitos através dos partidos, mas com a função exclusiva de preparar a nova Carta; inviolabilidade e vencimentos para os delegados constituintes, referendo popular para homologar as propostas aprovadas pela Constituinte com o voto de apenas metade de seus integrantes; extensão dos benefícios da anistia para os militares e civis ainda não alcançados por eles; criação de comissões consultivas municipais para opinar sobre a Constituinte; remoção do entulho autoritário; plebiscito para decidir se os 23 senadores eleitos em 82 devem ou não integrar a Constituinte; e voto majoritário, caso seja aprovada a candidatura avulsa.